

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA



1290001117



IE

TCC/UNICAMP M764a

MONOGRAFIA – RELATÓRIO FINAL

**A AGRICULTURA MERCANTIL DE ALIMENTOS NO BRASIL DO SÉC
XVIII – O CONFRONTO ENTRE INTERPRETAÇÕES**

Aluno: Krishna Mendes Monteiro – RA 941375
Orientadora: Professora Dra. Lígia Osório Silva

Campinas – Novembro de 2003



“Se os homens são formados pelas circunstâncias, então tais circunstâncias devem ser formadas humanamente.”

Marx, A sagrada família

Índice

<i>Introdução.....</i>	<i>1</i>
<i>A sombra do latifúndio.....</i>	<i>3</i>
<i>O sentido da colonização.....</i>	<i>13</i>
<i>Os Alicerces do subdesenvolvimento.....</i>	<i>20</i>
<i>Conflitos e interesses.....</i>	<i>27</i>
<i>Brecha camponesa, lavradores obrigados e mineração.....</i>	<i>34</i>

Introdução:

Ao definirmos nosso projeto de monografia, tínhamos como principal objetivo realizar um “mapeamento” do debate a respeito da produção de alimentos no Brasil no período compreendido entre 1530 (data das primeiras experiências colonizadoras) e o fim da primeira metade do século XVIII. Nossa meta era confrontar as distintas abordagens às quais tal tema foi submetido pela nossa historiografia ao longo dos anos, ressaltando as diferenças entre a visão clássica de pesquisadores como Caio Prado Jr., Celso Furtado e Gilberto Freire e os debates mais recentes a respeito do tema.

Com relação à primeira parte do trabalho (estudo das versões clássicas), foram pesquisadas as obras de Celso Furtado, Caio Prado Jr., Gilberto Freire e Sérgio Buarque de Holanda, tendo-se o cuidado de buscar no trabalho destes estudiosos referências ao nosso objeto de estudo. Para a versão final de nosso relatório, deu-se preferência, como se poderá notar, à abordagem dos três primeiros, uma vez que estes trataram a produção de alimentos de uma forma mais explícita e específica. A regulamentação empreendida pela Coroa portuguesa foi estudada com base nos trabalhos de Maria Yeda Linhares (historiadora brasileira especialista na questão do abastecimento) e Stuart B. Schwartz, professor da Universidade de Minnesota (EUA) e especialista em Brasil-colônia. Buscou-se, também, nos trabalhos destes dois estudiosos, referências a fontes coloniais a respeito do tema, as quais são utilizadas e citadas no capítulo IV deste relatório.

As novas abordagens às quais o tema da produção de alimentos têm sido submetidas foram estudadas na terceira e quarta partes com base também nos trabalhos de Maria Yedda Linhares e Stuart Schwartz, acrescidos dos estudos de Ciro Flamarion S. Cardoso, historiador com estudos na área da produção camponesa/escrava, e de Mafalda P. Zemella, estudiosa brasileira da mineração.

Com o objetivo de facilitar o entendimento do leitor, dividimos este trabalho em cinco capítulos. Os três primeiros (A sombra do Latifúndio; Caio Prado Jr. e o sentido da colonização; Celso Furtado e os alicerces do subdesenvolvimento) tratam das visões clássicas a respeito da agricultura de alimentos, com algumas referências à pecuária. Nosso objeto principal de estudo, entretanto, foi a produção de alimentos de seu ponto de vista agrícola. O quarto capítulo (Conflitos e interesses) aborda o tema da regulamentação; seu objetivo foi evidenciar o quanto o abastecimento era importante nos planos da Coroa portuguesa. Já o quinto capítulo (Brecha camponesa, lavradores obrigados e economia mineradora: uma nova abordagem da produção de alimentos na colônia) teve como objetivo confrontar a abordagem clássica do tema com as críticas de historiadores mais recentes, os quais atribuem um papel mais dinâmico à produção de alimentos no período, através de dois exemplos que consideramos significativos: a brecha camponesa (juntamente com os lavradores obrigados) e a economia mineradora.

Acreditamos com isto ter cumprido o cronograma e a linha de pesquisa previstos em nosso projeto. Por fim, gostaríamos de agradecer ao CNPQ, sem o qual não teria sido possível a base financeira para a realização destes estudos, e à nossa orientadora Lígia Maria Osório Silva, cuja assistência no período foi fundamental para a execução das pesquisas definidas no cronograma de atividades.

Introdução

Gilberto Freire foi um dos intelectuais brasileiros cuja vida mais esteve marcada por polêmicas. Autor de clássicos como *Casa Grande e Senzala* e *Sobrados e Mucambos*, livros que foram divisores de águas no pensamento social de nosso país, deputado federal pelo Estado de Pernambuco, Cavaleiro Comandante do Império Britânico – título concedido pela rainha Elizabeth II em 1971 –, o sociólogo brasileiro teve sua atuação política marcada por acusações de reacionário e conservador. Entretanto, os métodos de análise utilizados por Freire em suas obras se revestem hoje da maior importância para aqueles que buscam entender o sentido da formação brasileira. Em um dos muitos prefácios escritos ao longo dos anos para *Casa Grande e Senzala*, o sociólogo define seu objetivo principal: realizar, no campo das Ciências Sociais, o que Pablo Picasso havia feito nas artes plásticas, ao decompor a figura humana em um sem número de fragmentos que ainda assim compunham uma unidade. O objeto de análise de Freire, assim, seria a sociedade brasileira nas múltiplas facetas que caracterizaram o regime de economia patriarcal: a política, a econômica, a religiosa, a sexual, a cultural, entre outras. “Um conjunto de imagens e formas que correspondesse ao essencial da experiência inteira de um grupo humano – o pré brasileiro – situado em espaço tropical, com suas diferenças de raça e de cultura, de civilidade e irracionalidade, que a vida até certo ponto em comum viria atenuar, permitindo aos extremos interpretações que acabariam por criar um novo tipo de homem e de cultura: o brasileiro”¹

O mosaico construído por Freire em suas obras pode desta maneira ser lido e interpretado sob os mais diversos enfoques: o das relações patriarcais que marcaram a família brasileira durante os primeiros anos de nossa formação; o dos colonizadores brancos lutando contra as condições inóspitas do novo mundo; o dos religiosos, responsáveis pelos projetos de cristianização da população indígena das novas terras; o dos próprios indígenas e de sua reação a estes projetos; o do papel do negro e do índio na formação cultural e sexual do brasileiro; e muitos outros mais. Em nosso caso específico,

tentaremos dirigir o olhar para a forma como se estruturaram, na obra do sociólogo brasileiro, as relações entre a grande monocultura canavieira, realizada pelos senhores de engenho e voltada para a exportação, e a produção de alimentos para o mercado interno, efetuada na maioria das vezes por pequenos produtores à margem do sistema. Como se davam as relações entre estes dois mundos distintos? A quem eram destinadas as melhores terras? Qual a influência da produção de alimentos na constituição física do povo brasileiro? Tentaremos, neste capítulo, encontrar algumas respostas para estas questões no grande e múltiplo painel da sociedade brasileira exposto em *Casa Grande e Senzala*.

A eugenia e a produção de alimentos

Quando realizou parte dos estudos que deram origem à *Casa Grande e Senzala* na Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, um dos problemas brasileiros que mais inquietavam Freire era o da miscigenação e de suas influências na formação do país. No prefácio à 1^a edição de sua obra ele afirma que,

“ O Professor Franz Boas é a figura de mestre de que me ficou até hoje a maior impressão. Conheci-o nos meus primeiros dias em Columbia. Creio que nenhum estudante russo, dos românticos, do século XIX, preocupou-se mais intensamente pelos destinos da Rússia do que eu pelos do Brasil na fase em que conheci Boas. Era como se tudo dependesse de mim e dos da minha geração; da nossa maneira de resolver questões seculares. E dos problemas brasileiros, nenhum que me inquietasse tanto como o da miscigenação. Vi uma vez, depois de mais de três anos maciços de ausência do Brasil, um bando de marinheiros nacionais – mulatos e cafuzos – descendo não me lembro se do *São Paulo* ou do *Minas* pela neve mole de Brooklyn. Deram-me a impressão de caricaturas de homens. E veio-me à lembrança a frase de um livro de viajante americano que acabara de ler sobre o Brasil: “*the fearfully*

¹ Freire, Gilberto – *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal* – Rio de Janeiro: Record, 1997, p. xli.

*mongrel aspect of most of the population”*². A miscigenação resultava naquilo. Faltou-me quem me dissesse então, como em 1929 Roquete-Pinto aos arianistas do congresso brasileiro de Eugenia, que não eram simplesmente mulatos ou cafuzos os indivíduos que eu julgava representarem o Brasil, mas cafuzos e mulatos doentes”³

Como o próprio sociólogo afirma nas linhas finais da citação anterior, seu pensamento deslocou-se rapidamente da raça como um problema em si para as condições econômicas e sociais que causavam a degeneração destas raças; dos mulatos e cafuzos que lhe lembravam, em seus primeiros tempos em Columbia, “caricaturas de homens”, para os fatores responsáveis pela sua transformação em “homens doentes”:

“Foi o estudo de Antropologia sob a orientação do professor Boas que primeiro me revelou o negro e o mulato no seu justo valor – separados dos traços de raça os efeitos do ambiente ou da experiência cultural. Aprendi a considerar fundamental a diferença entre *raça* e *cultura*; a discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e os de influências sociais, de herança cultural e de meio.”⁴

Nos parágrafos seguintes de seu prefácio, Freire passa a ressaltar a influência das técnicas de produção econômica na estrutura das sociedades:

“Por menos inclinados que sejamos ao materialismo histórico, tantas vezes exagerado nas suas generalizações – principalmente em trabalhos de sectários e fanáticos – temos que admitir influência considerável, embora nem sempre preponderante, da técnica de produção econômica sobre a estrutura das sociedades; na caracterização de sua fisionomia

² “O assustador aspecto mestiço da maioria da população”

³ *Op. cit.*, prefácio.

⁴ *Op. cit.*, prefácio.

moral. É uma influência sujeita à reação de outras; porém poderosa como nenhuma na capacidade de aristocratizar ou de democratizar as sociedades; de desenvolver tendências para a poligamia ou a monogamia; para a estratificação ou a mobilidade. Muito do que se supõe, nos estudos ainda tão flutuantes de eugenia e de cacogenia, resultado de traços ou taras hereditárias preponderando sobre outras influências, deve-se antes associar à persistência, através de gerações, de condições econômicas e sociais, favoráveis ou desfavoráveis ao desenvolvimento humano.⁵

É precisamente na influência – agora tão ressaltada por Freire – das técnicas de exploração econômica na formação das sociedades que podemos situar o problema da produção de alimentos no Brasil. Apesar de não mais acreditar que a miscigenação fosse o problema maior do país, responsável pelo aspecto doentio de grande parte dos que aqui habitavam, a eugenia (ciência que estuda as condições mais propícias à reprodução e melhoramento da raça humana) permaneceu como um tema recorrente na obra do sociólogo. Entretanto, as diferenças somáticas e psíquicas que tornavam os brasileiros tão distantes de povos como o europeu, e que tanto preocupavam Freire não eram mais agora atribuídas à fatores genéticos, e sim às condições econômicas nas quais a produção de alimentos no Brasil estava envolvida. A determinação do destino dos povos, entre outros fatores, não passava mais por seus genes, e sim pela sua mesa.

Gilberto Freire estabelece desta forma uma relação direta entre o *clima* da região, o *regime agrícola* praticado, e suas conseqüências na formação do *caráter* do brasileiro. O tipo de clima teria importância fundamental, na medida em que juntamente com o solo fosse o responsável pela dieta seguida pela população; o regime agrícola praticado, por sua vez, determinaria qual a importância atribuída à monocultura de exportação e à produção de alimentos. A quem seriam destinadas as melhores terras e a maior parte dos recursos? Aos pequenos pecuaristas e produtores de frutas, legumes e hortaliças? Ou à grande monocultura açucareira destinada ao mercado externo? Dependendo do tipo de resposta dado a estas

⁵ *Op. cit.*, prefácio.

questões pelos organizadores da produção, a constituição física de um povo podia tomar rumos que a conduziriam a resultados extremamente diferentes.

Novamente surgem aqui, para o autor, na forma de exploração econômica do espaço, os antagonismos que tanto marcaram a história dos brasileiros. Antagonismos que no caso da produção de alimentos podem tomar a forma de conflito entre os grandes canaviais do litoral e os criadores de gado do interior:

“Pelo antagonismo que cedo se definiu no Brasil entre a grande lavoura, ou melhor, a monocultura absorvente do litoral, e a pecuária, por sua vez exclusivista, dos sertões, uma se afastando da outra quanto possível, viu-se a população agrícola, mesmo a rica, a opulenta, senhora de léguas de terra, privada do suprimento regular e constante de alimentos frescos. Cowan tem razão quando apresenta o desenvolvimento histórico da maior parte dos povos condicionado pelo antagonismo entre a atividade nômade e a agrícola. No Brasil este antagonismo atuou, desde os primeiros tempos, sobre a formação social do brasileiro: nuns pontos favoravelmente; nesse da alimentação, desfavoravelmente.”⁶

O confronto entre duas formas distintas de exploração agrícola e de produção de alimentos não deixou dúvidas quanto aos vencedores. Freire classifica o grande latifúndio escravocrata como um sistema “criador de valores ao mesmo tempo em que devastador do solo e dos homens”⁷. Ao contrário de algumas experiências praticadas em colônias como o Havai – onde sacerdotes proprietários de engenhos praticavam regimes de exploração que davam margem ao paternalismo – o tipo de exploração empreendida no Brasil passava pela necessidade de se obter da terra e dos escravos os maiores rendimentos possíveis. “Era a sombra da monocultura projetando-se por léguas e léguas em volta das fábricas de açúcar e a

⁶ *Op. cit.*, p.36

⁷ *Op. cit.*, p 78

tudo esterilizando ou sufocando, menos aos canaviais e aos homens e bois a seu serviço”⁸. Tal imagem, símbolo da subordinação a que foi submetida a produção de alimentos no país, surge e ressurgiu de forma persistente em vários trechos de sua obra. Freire passa a enumerar as conseqüências do regime produtivo adotado, cujas bases se assentavam na organização patriarcal da família e na monocultura canavieira, e a estabelecer relações entre ele e outras formas de exploração econômica praticadas por todo o mundo colonial.

Se comparada com o cultivo agrícola empreendido nas colônias inglesas do norte, por exemplo, a “sombra da monocultura” brasileira havia produzido resultados desastrosos, após algumas gerações, na conformação física de nosso povo. Pois “o brasileiro de boa estirpe rural dificilmente poderá, como o inglês, voltar-se para o longo passado de família na certeza de dez ou doze gerações de avós bem-alimentados de bifesteque e legumes, de leite e ovos, de aveia e frutas a lhe assegurarem de longe o desenvolvimento eugênico, a saúde sólida, a robustez física, tão difíceis de ser perturbadas ou afetadas por outras influências sociais quando predomina a da higiene de nutrição.”⁹

A capitania de Pernambuco representou um caso emblemático do quão distantes estávamos da possibilidade de realizar este “olhar ao passado”:

“ Não só na Bahia, em Pernambuco e no Maranhão como em Sergipe del-Rei e no Rio de Janeiro verificou-se, com maior ou menor intensidade, através do período colonial, o fenômeno, tão perturbador da eugenia brasileira, da escassez de víveres frescos, quer animais quer vegetais. Mas talvez em nenhum ponto tão agudamente como em Pernambuco. Nessa capitania por excelência açucareira e latifundiária, onde ao findar do séc. XVIII e principiar o XIX, calculava-se estar a melhor terra agrícola, vizinha do mar, no domínio de oito ou dez senhores de engenho para duzentos vizinhos – ‘entre duzentos vizinhos, oito ou dez proprietários’ que de ordinário só permitiam aos rendeiros ‘plantar canna para ficarem com a meação’ – a carestia de mantimentos de primeira necessidade se faz sentir às vezes angustiosamente entre os habitantes.

⁸ *Op. cit.*, p. 40.

Debalde tentara o Conde de Nassau no século XVII dar jeito a semelhante desequilíbrio na vida econômica da grande capitania açucareira. E como na Bahia e em Pernambuco, também no Rio de Janeiro o gado não chegou nunca para ‘o consumo dos açougues e serviço dos engenhos’ evitando-se a sua presença nas plantações de cana e mesmo a sua proximidade; e tanto quanto naquelas capitanias do Norte estiveram sempre as terras no Rio de Janeiro concentradas nas mãos de poucos: grandes latifundiários plantadores de cana – inclusive os frades do mosteiro de São Bento. Sob semelhante regime de monocultura, de latifúndio e de trabalho escravo, não desfrutou nunca a população da abundância de cereais e legumes verdes.”¹⁰

Nem mesmo os senhores de engenho foram poupados da situação de extrema penúria que vigorava na colônia:

“Os próprios senhores de engenho dos tempos coloniais que, através das crônicas de Cardim e de Soares, nos habituamos a imaginar uns regalões no meio de rica variedade de frutas maduras, verduras frescas e lombos de excelente carne de boi, gente de mesa farta comendo como uns desadorados – eles, suas famílias, seus aderentes, seus amigos, seus hóspedes; os próprios senhores de engenho de Pernambuco e da Bahia nutriam-se deficientemente: carne de boi má e só uma vez ou outra, os frutos poucos e bichados, os legumes raros. A abundância ou excelência de víveres que se surpreendesse seria por exceção e não geral entre aqueles grandes proprietários.”¹¹

⁹ *Op. cit.*, p. 41.

¹⁰ *Op. cit.*, p. 41.

¹¹ *Op. cit.*, p. 36.

Freire também ressalta a escassez de alimentos nos grandes centros urbanos da época:

“A própria Salvador da Bahia, quando cidade dos vice-reis, habitada por muito ricaço português e da terra, cheia de fidalgos e de frades, notabilizou-se pela péssima e deficiente alimentação. Tudo faltava: carne fresca de boi, aves, leite, legumes, frutas; e o que aparecia era da pior qualidade ou quase em estado de putrefação. Fartura só a de doce, geléias e pastéis fabricados pelas freiras nos conventos: era com que se arredondava a gordura dos frades e das sinhá-donas”¹²

“A sombra da monocultura que a tudo esterilizava” produziu assim, segundo as evidências levantadas pelo autor, um regime devastador de exploração agrária, com resultados sociais semelhantes; um regime que, ao não dar oportunidades para o pequeno produtor, privilegiando a monocultura exportadora, condenou a sociedade de então a viver sob condições de extrema carestia em sua alimentação, com graves conseqüências para o desenvolvimento e conformação física de nosso povo. “Má nos engenhos e péssima nas cidades: tal a alimentação da sociedade brasileira nos séculos XVI, XVII e XVIII”¹³

Conclusões

As constantes tensões e equilíbrios que a tanto se referiu Gilberto Freire em sua análise da sociedade brasileira podem ser retomadas na leitura de obras como *Casa Grande e Senzala* sob o enfoque da produção e abastecimento de alimentos no Brasil-Colônia: tensões entre dois regimes de produção antagônicos e excludentes – grande lavoura e produção de alimentos para o mercado interno – que se faziam acompanhar por formas distintas de organização da sociedade; equilíbrio na medida em que estes dois sistemas, cuja existência no mesmo espaço se revelou impossível com o passar do tempo, passaram a

¹² *Op. cit.*, p. 39.

¹³ *Op. cit.* p. 39.

ocupar regiões distintas nas terras tropicais, com privilégio da monocultura. Da mesma maneira que fatores como a miscigenação, a dispersão da herança e o cristianismo lírico à portuguesa, com padres e pequenas capelas fazendo parte da realidade de cada engenho, contribuíram para a promoção da coesão social, o deslocamento dos pequenos agricultores e pecuaristas para as regiões do interior proporcionou a estes algumas condições mínimas de sobrevivência, mesmo com graves resultados para o que Freire chama de reprodução e melhoria física do povo brasileiro.

É precisamente nesta questão da eugenia que podemos situar o enfoque de Gilberto Freire à produção de alimentos no Brasil. Nota-se em toda a sua obra uma preocupação constante com as condições precárias que teriam resultado em muitas de nossas deficiências morfológicas e psicológicas. Freire está longe de ser um materialista, como ele próprio ressaltou: mas entre os fatores que mais tiveram influência em nossa formação e destino, as condições econômicas e sociais que acompanham a produção de alimentos ocupam papel de grande importância. O trecho a seguir, também retirado de *Casa Grande e Senzala*, pode ser lido como uma síntese de seu pensamento a respeito do tema:

“Se a quantidade e a composição dos alimentos não determinam sozinhas como querem os extremistas – os que tudo crêem poder explicar pela dieta – as diferenças de morfologia e de psicologia, o grau de capacidade econômica e de resistência às doenças entre as sociedades humanas, sua importância é entretanto considerável, como o vão revelando pesquisas e inquéritos nesse sentido. Já se tenta hoje retificar a antropogeografia dos que, esquecendo os regimes alimentares, tudo atribuem aos fatores Raça e Clima; nesse movimento de retificação deve ser incluída a sociedade brasileira, exemplo de que tanto se servem os alarmistas da mistura de raças ou da malignidade dos trópicos a favor da sua tese de degeneração do homem por efeito do clima ou da miscigenação. É uma sociedade, a brasileira, que a indagação histórica revela ter sido em larga fase de seu desenvolvimento, mesmo entre as classes abastadas, um dos povos modernos mais

desprestigiados na sua eugenia e mais comprometidos na sua capacidade econômica pela deficiência de alimento.”¹⁴

Capítulo 2 – Caio Prado Júnior e o sentido da colonização

Introdução

“Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo ‘sentido’”. A frase da qual Caio Prado Júnior se utiliza para iniciar seu livro “Formação do Brasil Contemporâneo”¹⁵ sintetiza o que, para o autor, representaria a característica marcante de nossa história: o fato de termos sido sempre, ao longo dos séculos, um projeto de nação cujos olhares se voltaram predominantemente para aquilo que nos era ditado pelo exterior. O “sentido” da formação brasileira estaria ligado de maneira indissociável aos destinos das nações do continente europeu, aos avanços e retrocessos de sua política, cultura e economia. A própria descoberta e povoamento das terras que no futuro constituiriam o Brasil não representaria mais do que um capítulo na história da expansão ultramarina européia; ao contrário das colônias do norte, entretanto, que com o passar dos anos encontraram os caminhos de sua auto-determinação, os territórios do sul, mesmo politicamente independentes, continuaram a orientar-se segundo as expansões e crises da economia do Velho Mundo.

Quais seriam, então, as ligações entre a produção de alimentos no Brasil colônia e o “sentido” da evolução brasileira? Muitas. As relações econômicas de produção resultantes do “sentido” de nossa formação – grande propriedade monocultora e escravista, produção voltada para o mercado externo, concentração extrema da renda e da riqueza – se refletiram de forma marcante, com o passar dos séculos, nas demais atividades econômicas aqui realizadas e na própria maneira através da qual a sociedade se estruturava. Tudo o que não fosse voltado para fora, ou seja, tudo o que não se inscrevesse em nosso “sentido” original, tinha, segundo Caio Prado Jr., caráter acessório, sendo relegado a um segundo plano. Descobrir em detalhes, portanto, a visão do autor a respeito deste problema específico, sem nos esquecermos de suas relações com o caráter geral de nossa colonização e formação, é o objetivo central deste capítulo.

¹⁵ Júnior, Caio Prado – *Formação do Brasil Contemporâneo* – São Paulo, Brasiliense, 1942, p.15.

A colônia e a produção de alimentos

Em sua análise da economia colonial brasileira, Caio Prado Jr. estabelece uma divisão entre dois setores. Um deles, o principal – predominantemente voltado para o exterior –, baseado na produção e exportação de gêneros como o açúcar e o tabaco, com vistas ao mercado europeu. Outro, o qual é classificado pelo autor como de “subsistência”, destinado a sustentar e amparar a existência e o funcionamento do primeiro. Tal divisão já surge nos primeiros parágrafos do capítulo “Atividades Acessórias” de seu *História Econômica do Brasil*:

“Numa economia como a brasileira – particularmente em sua primeira fase – é preciso distinguir dois setores bem diferentes da produção. O primeiro é dos grandes produtos de exportação, como o açúcar e o tabaco, que vimos no capítulo anterior; o outro é das atividades acessórias cujo fim é manter em funcionamento aquela economia de exportação. São sobretudo as que se destinam a fornecer os meios de subsistência à população empregada nesta última, e poderíamos, em oposição à outra, denominá-la *economia de subsistência*. A distinção é muito importante, porque além das características próprias que acompanham um e outro setor, ela serve para conclusões de grande relevo na vida e na evolução econômica da colônia.”¹⁶

A forma como Caio Prado enxerga as atividades econômicas da colônia é, a partir deste momento, definida na obra do historiador através de um diagrama que sintetizaria a “vida comercial” do Brasil de então:

¹⁶ *Op. cit.*, p. 41.

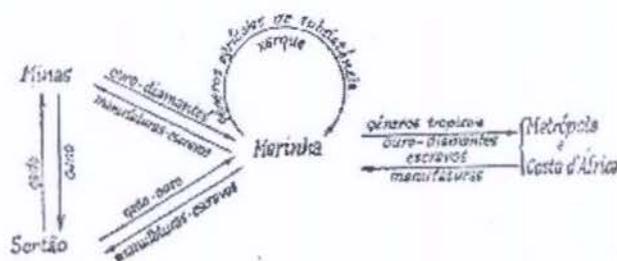


Fig.1 – circulação comercial da colônia

Fonte: Júnior, Caio Prado – *História Econômica do Brasil*, cap 12, p. 117

A representação comportaria três setores específicos: a *marinha*, que compreendia as “áreas de povoamento e atividade do litoral, produtoras de gêneros agrícolas destinados à exportação, e nas quais se localizam os grandes centros e portos de comércio exterior”¹⁷; o *sertão*, que abrangia as áreas de criação de gado do interior; e, por fim, as *minas*, onde se exploravam o ouro e os diamantes.

Para Caio Prado Jr, seu esquema sintetizaria a essência e o “sentido” da colonização brasileira: o de uma colônia de exploração, predominantemente voltada para fora. Esta situação se evidenciaria se observássemos a direção dos fluxos de comércio: ouro e diamantes partem das minas e do sertão rumo à marinha, que os envia para a Metrópole; esta, em contrapartida, fornece em troca manufaturas e escravos, que são redirecionados aos setores já citados da colônia, garantindo o funcionamento do sistema. A acumulação de ouro nos cofres lusos ficaria, assim, garantida. A coesão social e a “obediência” da colônia, por sua vez, seriam asseguradas por meio de uma brutal concentração de renda e da concessão de inúmeros privilégios à sua elite.

Dentro de tal quadro, a agricultura de alimentos seria inteiramente subordinada à produção exportadora de larga escala e destinada a manter seu funcionamento. Caio Prado Jr. estabelece dois sistemas em torno dos quais se estruturaria a produção de gêneros alimentícios na colônia: um deles dentro dos próprios engenhos de açúcar e das grandes fazendas, onde o plantio de produtos como o milho e a mandioca seria realizado de forma subsidiária à produção principal por escravos trabalhando em determinados dias “livres”, estipulados pelos seus senhores. Segundo o historiador, “pode-se dizer que a população

¹⁷ *Op. cit.*, p. 117.

rural da colônia ocupada nas grandes lavouras e que constitui a quase totalidade dela, provê suficientemente a sua subsistência com culturas alimentares a que se dedica subsidiariamente, e sem necessidade de recorrer para fora”¹⁸. Já o outro abrangeria a população urbana, que estava em condições totalmente diferentes. Devido à predominância nas cidades de pessoas ligadas à administração e ao comércio, a produção de gêneros alimentícios passou a ser realizada por pequenos produtores localizados em sua periferia, num prenúncio das primeiras formas camponesas no Brasil e do surgimento de camadas intermediárias entre senhores e escravos.

Assim como Gilberto Freire, cuja visão a respeito da produção de alimentos na colônia foi exposta no capítulo anterior, o problema da carestia de gêneros de subsistência no período é também uma constante na obra de Caio Prado Jr. O autor de *Formação do Brasil Contemporâneo* enfatizou as tentativas de regular a produção de alimentos empreendida pela Coroa, muitas vezes infrutíferas. A crescente carestia de gêneros básicos como arroz, feijão, milho e mandioca nos grandes centros urbanos – cujo povoamento se mostrava cada vez mais denso – motivou tentativas de controle de sua produção que resultaram em um conflito direto entre os grandes proprietários rurais e as autoridades do Reino. Afinal de contas, para os membros da aristocracia local, o desejo de se estabelecer áreas onde a produção de alimentos seria compulsória representava ao mesmo tempo uma loucura e uma afronta. Para quê se abandonar parte do cultivo do precioso açúcar e produzir uma cultura menor como a mandioca, quando a maioria dos gêneros alimentícios poderia ser importada com as altas rendas auferidas através da venda do “produto rei”? Segundo o historiador brasileiro,

“Estabelecem-se medidas obrigando os proprietários a plantarem mandioca e outros alimentos; gravam-se as doações de terras com a obrigação de se cultivarem gêneros alimentares desde o primeiro ano da concessão. E assim outras. Todas estas medidas eram mais ou menos frustradas na prática. As atenções estavam fixas no açúcar, cuja exportação deixava grande margem de lucros, e ninguém dará importância aos gêneros alimentares. Um grande senhor de engenho chegará a lançar seu formal desafio às leis que o

¹⁸ *Op. cit.*, p. 42.

compeliam ao plantio da mandioca; ‘Não planto um só pé de mandioca, escreverá ele dirigindo-se às autoridades, para não cair no absurdo de renunciar à melhor cultura do país pela pior que nele há’...? Compreende-se aliás esta atitude dos grandes proprietários e senhores de engenho. O problema da carestia e da falta de alimentos não existia para eles, e convinha-lhes muito mais plantar a cana, embora pagassem preços mais elevados pelos gêneros que consumiam. E como eram eles que detinham a maior e melhor parte das terras aproveitáveis, o problema da alimentação nunca se resolverá convenientemente . A população colonial, com exceção apenas de suas classes mais abastadas, viverá sempre num crônico estado de subnutrição. A urbana naturalmente sofrerá mais; mas a rural também não deixará de sentir os efeitos da ação absorvente e monopolizadora da cana-de-açúcar que reservará para si as melhores terras disponíveis”¹⁹

Para Caio Prado Jr., a coexistência de situações de extrema penúria e opulência dentro de uma mesma sociedade – com parte dela tendo acesso a mercados de alimentos importados e outra sofrendo as conseqüências da carestia e da desorganização da produção alimentícia – seria desta maneira a prova cabal da tese de que a economia colonial em nosso território estava organizada basicamente em dois setores: um deles, o principal, destinado a fornecer metais preciosos e produtos tropicais como o açúcar e o tabaco para o enriquecimento da metrópole; outro, o de subsistência, com a função de amparar e manter o funcionamento do primeiro, sendo de importância subsidiária para aqueles que detinham grandes capitais. “Se não, não se explicaria este quadro característico da vida colonial: de um lado abundância, prosperidade e grande atividade econômica; doutro, a falta de satisfação da mais elementar necessidade da grande massa da população: a fome”²⁰

¹⁹ *Op. cit.*, p. 43

²⁰ *Op. cit.*, p. 44

Conclusões

Terminada a análise de como Caio Prado Júnior aborda a produção agrícola de alimentos no Brasil colônia, podemos notar que esta se aproxima daquela empreendida por Gilberto Freire em seu *Casa Grande e Senzala*¹³: ambos os autores classificam o regime de plantio de produtos tropicais com vistas ao mercado externo como excludente e gerador de desequilíbrios na sociedade brasileira. Um regime que, ao ocupar para si as melhores porções de terra, deslocou os pequenos lavradores e pecuaristas para regiões cujas condições climáticas nem sempre eram favoráveis ao exercício destas atividades. A “ação absorvente e monopolizadora da cana-de-açúcar”, segundo as palavras de Caio Prado, teve resultados danosos, que se refletiram principalmente no abastecimento dos grandes centros urbanos, muitas vezes abandonados à sua própria sorte. Entretanto, embora muito próximas, as análises dos autores diferem em relação ao enfoque dado ao dano causado pela cultura canavieira: enquanto Gilberto Freire centra suas atenções na questão da raça e das condições eugênicas do povo brasileiro, nas características que impediram o pleno desenvolvimento das potencialidades físicas dos habitantes da colônia, Caio Prado aborda o tema da produção de alimentos sob a perspectiva das relações econômicas entre um território – o Brasil – destinado a alimentar a acumulação mercantil de riquezas em outro – Portugal. Ao contrário de Freire, cujo olhar se volta predominantemente *para dentro* (talvez como fruto de suas antigas preocupações com relação à mestiçagem de nosso povo), Caio Prado Jr. dirige sua análise para as *condições históricas que determinaram o descobrimento do Brasil*, a organização específica de sua produção e, finalmente, suas consequências na organização de um setor subsidiário à economia principal. Neste aspecto, a análise empreendida pelo autor de *História Econômica do Brasil* se reveste de um caráter complementar à de Freire: enquanto este centra seu olhar na questão do desenvolvimento físico da população, Caio Prado busca as *razões externas* que levaram a determinadas formas de exploração econômica de nosso território. Para o historiador, as condições que determinaram a produção de alimentos no Brasil estavam indissociavelmente ligadas ao eixo que orientou por toda a

¹³ Freire, Gilberto – *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal* – Rio de Janeiro, Record, 1997, cap 1.

vida sua atividade como escritor e militante: o *sentido* de nossa colonização e o futuro da periferia.

Capítulo 3 – Celso Furtado e os alicerces do subdesenvolvimento

Introdução

“Como explicar que países surgidos da expansão econômica da Europa, cujas estruturas foram criadas para viabilizar essa expansão, hajam acumulado tanto *atraso*? A pergunta está no cerne de minha reflexão sobre o subdesenvolvimento.”¹ A interrogação que Furtado se faz em seu ensaio *Entre Inconformismo e Reformismo*, representa, para o economista brasileiro, a base de suas reflexões a respeito das economias latino-americanas: para entender os processos que as conduziram à estagnação, tornava-se necessária uma nova abordagem da ciência econômica, onde os elementos históricos desempenhariam um papel fundamental. Devia-se, agora, *interrogar a história como economista*. Afinal, “a indagação sobre as causas do atraso somente adquire pertinácia se concebida historicamente, o que exige outra abordagem teórica”²

Baseado em sua nova concepção da economia como uma ciência intimamente ligada aos processos históricos, Celso Furtado estabelece os fundamentos para uma nova leitura destes, na qual o instrumental de análise da economia desempenharia um papel fundamental:

“Minha indagação partia da idéia de que o subdesenvolvimento, por sua especificidade, estava fora do alcance explicativo das teorias do crescimento econômico. Por que em determinadas economias engendradas pela expansão do capitalismo comercial manteve-se lento o processo acumulativo ou tendeu este a realizar-se de preferência fora das atividades produtivas? Por que a assimilação de novas técnicas se fez muito mais rapidamente no plano do consumo do que nos processos produtivos? Essas perguntas eram fruto da aplicação dos instrumentos do

¹ Furtado, Celso – *Entre Inconformismo e Reformismo/Obra Autobiográfica* – São Paulo, Paz e Terra, p. 11.

² *Op. cit.*, p. 11.

economista a uma análise diacrônica que desbordava o campo de percepção deste. Assim, a reflexão sobre o subdesenvolvimento começa como uma nova leitura da história apoiada no uso de conceitos e instrumentos da ciência econômica e se prolonga num esforço de ampliação do quadro conceptual desta”³

Estavam lançadas as raízes do *pensamento estruturalista*: mais do que nunca, a partir deste momento, devia-se destacar a importância dos parâmetros *não econômicos* presentes nos modelos macroeconômicos, pois aqueles seriam de fundamental importância na nova *matriz estrutural* da qual deveria agora fazer uso o economista. Nesta matriz, instrumentos de análise tradicionais da ciência econômica deveriam conviver lado a lado com parâmetros cuja evolução se daria de acordo com os processos históricos; novos elementos, assim, como a possibilidade de organização dos trabalhadores, o controle das empresas por grupos com visão transnacional dos investimentos, e o regime de propriedade de terra existente em determinadas regiões entrariam em cena, influenciando o comportamento de variáveis antes tidas como “puras”.

É precisamente neste ponto que podemos estabelecer as conexões entre o estudo das especificidades do subdesenvolvimento, empreendido por Furtado, e a produção de alimentos no Brasil colonial. Tal regime seria fruto, para o autor, em sua análise centrada na região nordeste, de “uma operação transcontinental de grande envergadura, com o objetivo de criar um fluxo de exportação para um mercado situado a milhares de quilômetros. Desta forma, os critérios econômicos se sobrepõem a tudo. Poucas vezes na história humana uma formação social terá sido condicionada em sua gênese de forma tão cabal por fatores econômicos.” . Serão estes fatores econômicos, portanto, e suas consequências para os pequenos produtores rurais que se viam periodicamente privados de recursos para a sua subsistência, o objeto de nossa análise nas próximas seções.

³ *Op. cit.*, p. 12.

O Nordeste e as disparidades regionais

Para Celso Furtado, a compreensão do regime de produção de alimentos estabelecido no Nordeste com o passar dos anos, à medida que avançava a colonização, passaria por um entendimento das relações *centro-periferia* estabelecidas entre duas áreas distintas: as terras úmidas e férteis do litoral, onde se estabeleceram os grandes latifúndios produtores de açúcar, e as regiões centrais, palco de um regime de exploração *extensivo* da terra e da criação de gado. O crescimento e dinamismo das áreas internas da região Nordeste estaria assim estreitamente subordinado à expansão da economia açucareira de exportação: se o açúcar alcançava altos preços no mercado internacional, maiores eram os recursos utilizados em sua produção e, conseqüentemente, maior a necessidade de gêneros produzidos nas regiões centrais, como “animais de tração e proteína animal para alimentar uma população submetida a um regime de trabalho desgastante”⁴. Sendo assim,

“ Se o pólo exportador litorâneo estava crescendo, a demanda de insumos provenientes da periferia se expandia, podendo ser satisfeita mediante intensificação no uso dos recursos disponíveis. Deixando de crescer o setor exportador, a periferia podia continuar sua expansão vegetativa, porquanto o essencial de sua produção era auto-consumida, e a disponibilidade de terras, considerável.”⁵

As crises eventuais pelas quais passava o setor exportador eram, então, segundo Furtado, absorvidas pela economia de subsistência presente no interior. Se os preços do açúcar sofriam uma queda, as grandes fazendas canavieiras do litoral liberavam os recursos que compunham seu capital variável, como a mão-de-obra não escrava. Esta, impossibilitada de encontrar ocupação na faixa litorânea, se deslocava para o interior, passando a praticar uma agricultura e uma pecuária destinadas à sua própria manutenção. “Assim, com o tempo,

⁴ Furtado, Celso – *A Fantasia Desfeita/Obra Autobiográfica* – São Paulo, Paz e Terra, 1997, p. 40.

o segmento de mais baixa produtividade foi aumentando sua importância demográfica relativa”⁶, absorvendo os fatores ociosos do setor exportador e gerando um declínio da produtividade média da economia nordestina. Era através deste mecanismo que o setor periférico, de subsistência, atuava como uma espécie de “amortecedor” para os eventuais choques externos pelos quais passava a economia exportadora do litoral:

“O declínio e/ou a estagnação secular da demanda externa, que se manifestam desde a segunda metade do séc. XVII, sob a forma de baixa nos preços do açúcar, não conduzem propriamente ao desmantelamento da atividade exportadora, nem tampouco à busca de alternativa para a atividade em declínio, o que seria de esperar numa economia de espírito capitalista. O atrofiamento da atividade exportadora é amortecido pelo crescimento extensivo do setor periférico, sem embargo de que os investimentos neste último enfrentaram rendimentos decrescentes à medida que a fronteira agrícola se distanciou do litoral”⁷

O tipo de relação estabelecida entre estes dois setores da economia nordestina foi, para Celso Furtado, fruto da própria forma como se deu a ocupação da região. Tal ocupação, entretanto, era ecologicamente incompatível com o clima da região Nordeste, resultando em crises constantes do setor de subsistência. Ao contrário dos projetos de colonização baseados em razões geopolíticas, como os ocorridos na região sul e em partes da Amazônia (onde o povoamento se dava de maneira seletiva nas regiões capazes de produzir alimentos de maneira regular), a ocupação do Nordeste se deu como fruto da rica economia de exportação açucareira, que atuou como pólo indutor. As conseqüências não tardaram a surgir: com o passar dos anos, ficou evidente o fato de que este tipo de economia, no qual um complexo exportador se articulava com setores de subsistência situados em regiões semi-áridas, era

⁵ *Op. cit.*, p. 40.

⁶ *Op. cit.*, p. 40.

⁷ *Op. cit.*, p. 42.

extremamente frágil às adversidades climáticas constantes no interior. As secas que periodicamente assolavam as regiões semi-áridas do nordeste eram responsáveis pela desarticulação do setor de subsistência, lançando nas estradas, em direção aos grandes centros urbanos do litoral, milhares de camponeses famintos incapazes de plantar e de garantir seu sustento

A diversificação dos mercados de produtos primários no séc. XIX pareceu acenar com novos rumos para a economia nordestina, mas acabou por gerar problemas semelhantes aos já enfrentados pelo complexo exportador e de subsistência. A produção de algodão – cultura totalmente adaptada às condições climáticas do interior semi-árido –, estimulada pela alta demanda em relação a este produto criada pela primeira revolução industrial, deu origem à grandes fazendas produtoras da fibra no interior do Nordeste. Entretanto, as relações sociais que acompanharam o surgimento desta nova cultura agrícola acabaram por acentuar ainda mais o caráter precário da produção de alimentos na região. O novo regime de produção se sustentava em características que, para Celso Furtado, recriaram práticas próximas ao feudalismo no Nordeste brasileiro. Ao pequeno produtor cabia trabalhar na grande lavoura de algodão, como meeiro, e produzir, nas áreas marginais destas fazendas, os alimentos necessários ao seu sustento. Como o algodão é uma planta xerófita ecologicamente adaptada às condições da região, a ocorrência periódica de secas atuava sobre o elo mais fraco da cadeia: a produção de alimentos, impossibilitada de ser levada adiante sob as condições climáticas inadequadas que periodicamente assolavam a região. Para Furtado,

“O ponto fraco de toda a estrutura sócio-econômica estava na produção de alimentos para auto-consumo, a qual dependia de que a precipitação pluviométrica alcançasse certo nível mínimo e apresentasse determinada distribuição. A irregularidade da precipitação podia não afetar a pecuária, e pouco atingir o rendimento do algodão, mas sempre seria fatal para a produção

de gêneros alimentícios. Ora, era esta, dos três setores produtivos, o que se concentrava em mãos do trabalhador rural”⁸

Os grandes proprietários de terras se defrontavam, dadas estas condições, com um dilema: devia-se reduzir o nível de produção de algodão, adaptando este a um contingente de mão-de-obra compatível com a capacidade de produção de alimentos da fazenda? Ou devia-se expandir o plantio da fibra, ainda que correndo o risco de não ter como alimentar os camponeses em períodos de seca? A opção pela segunda alternativa, para Celso Furtado, transformou a seca em uma calamidade nacional, trazendo o governo para o “centro da arena” e tornando-o “fator decisivo na evolução subsequente do quadro regional”.

Conclusões

A “interrogação da história como economista”, empreendida por Celso Furtado ao longo de sua obra e de sua vida como homem público, refletiu-se, como pudemos constatar, em uma profunda inquietação relacionada ao problema do subdesenvolvimento. A região Nordeste, para o economista brasileiro, constituía a expressão máxima desta condição, na medida em que determinadas estruturas sociais impediram a plena satisfação das necessidades mais básicas das camadas menos favorecidas; este mesmo Nordeste acabaria por se tornar o laboratório onde Furtado tentaria romper, por meio da ação política, tais estruturas, num ataque aos “alicerces do subdesenvolvimento”.

As relações entre a produção de alimentos e a estagnação da região se processam a partir do momento em que o plantio de gêneros de subsistência se torna a única alternativa para a célula familiar camponesa, impedida de realizar qualquer tipo de acumulação por outros meios. A ocorrência periódica das secas, por sua vez, agrava ainda mais este quadro, a partir do momento em que retira do pequeno produtor a única atividade econômica a seu alcance. O imobilismo, assim, acompanhado da reprodução mecânica do passado, acabam por tornar-se as características mais marcantes da região. “Nas sociedades camponesas”, argumenta Furtado, “a unidade de produção é a família. Se a pressão para extrair-lhe um

⁸ *Op. cit.*, p. 47.

excedente não lhe deixa margem senão para reproduzir-se, como ocorreu em muitas sociedades feudais, o resultado será o imobilismo nas técnicas produtivas”⁹

Tais condições, somadas à inexistência de uma cultura agrícola no Nordeste (que permitiria a transmissão de técnicas produtivas ao longo das sucessivas gerações) acabariam por lançar a região em um estado de estagnação permanente. A medida em que o setor de exportação não obtinha mais os grandes lucros do passado, as pequenas unidades produtoras pertencentes aos meeiros do interior atuavam como “amortecedores” destas crises, não rompendo, entretanto, com as condições responsáveis pelo seu atraso. A sociedade nordestina se via, desta maneira, secularmente atrasada e sem quaisquer perspectivas de mudança:

“As sociedades que não realizaram qualquer investimento no fator humano até os albores do século atual foram condenadas às piores formas de subdesenvolvimento. A passividade da população, sua inaptidão para organizar-se na ação política, seu profundo sentimento de insegurança, levando-a a buscar proteção, contribuíram para implantar o imobilismo social e a estagnação econômica. A rígida hierarquia social e o monopólio da informação em mãos de poucos explicam a arrogância e o autoritarismo da classe dirigente. Assim, o ecológico, o social e o político se entrelaçam para produzir o duro cimento em que se alicerçou o subdesenvolvimento do Nordeste.”¹⁰

⁹ *Op. cit.*, p. 49.

¹⁰ *Op. cit.*, p. 50.

Capítulo 4 – Conflitos e interesses

A Coroa e as tentativas de regulamentação da produção de alimentos na colônia

Introdução

Se quisermos mapear as tentativas promovidas pela Coroa portuguesa no sentido de regulamentar a produção de alimentos no Brasil-colônia, estaremos diante de um dos maiores problemas e dilemas com os quais se defrontaram os monarcas no período: de um lado, as classes dominantes do Reino e das novas terras – base de sustentação da Coroa e de seu poder – pressionavam o Rei no sentido de que este atendesse tão somente a seus interesses; de outro, o próprio papel dos governantes como árbitros imparciais, empenhados na promoção do bem comum, acima dos interesses das castas, surgia no horizonte dos monarcas portugueses como uma necessidade a ser cumprida. Como, então, diante deste impasse, deveria ser organizada a atividade econômica na colônia? A história das tentativas de regulamentação da produção de alimentos no Brasil passa, a partir deste momento, a ser também a história da montagem de um aparelho estatal e de mecanismos burocráticos nas terras tropicais, com o objetivo de se ajustar o funcionamento da economia aos mais diversos interesses em jogo. Como veremos ao longo deste capítulo, tais tentativas se mostraram, na maioria das vezes, infrutíferas, como consequência das próprias *estruturas* do regime colonial, que impediam quaisquer tentativas de reformas *conjunturais*.

As tentativas de montagem de um sistema de regulação

As primeiras tentativas de montagem de estruturas administrativas na colônia datam de 1530, ano da expedição de Martin Afonso de Souza, fidalgo que, entre outras atribuições, tinha o poder de “criar e fazer tabeliães e mais oficiais necessários às coisas da justiça e governança da terra, e dar terras de sesmarias às pessoas que aqui quisessem viver

e povoar, segundo bem lhe parecesse e segundo merecessem as ditas pessoas por seus serviços e qualidades, tomando para si as que quisesse aproveitar e granjear”¹

Nota-se, através de alguns dos objetivos da expedição de Martin Afonso, o propósito explícito de transplantar para a colônia as estruturas burocráticas e administrativas do Reino. Entretanto, o tempo se encarregaria de mostrar a ineficiência da ação do Estado nos trópicos. Historiadores especialistas no período, como Maria Yeda Linhares, afirmam que,

“Embora tivesse sido de curta vida o regime das capitanias, persistiram, porém, e germinaram os embriões administrativos já lançados por terra. A criação nas capitanias do Brasil de instituições brotadas em Portugal e a subsequente transposição de leis e normas jurídicas pouco adaptáveis a meio tão diverso constituem as bases da montagem de um sistema caótico e ineficaz. (...)A má qualidade da burocracia, de que dão testemunho inúmeros dados, foi uma constante em todo o período colonial e deixou marcas muito profundas”²

Dentre as atribuições da burocracia estatal no Brasil se sobressaía a necessidade de regulamentar o abastecimento da colônia, com o objetivo de garantir a alimentação de seus súditos. Surge então nestas medidas o caráter de “árbitro” da Coroa portuguesa, cujo objetivo era assegurar o “bem comum” e impedir abusos de qualquer espécie. A realidade, porém, com seus fatos, iria determinar outros rumos para a sociedade brasileira e a organização de suas atividades econômicas.

¹ Garcia, Rodolfo. *Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil – 1500-1810*. 2ed. Rio de Janeiro, 1975, p. 19-20. *Apud* Linhares, Maria Yeda. *História do abastecimento; uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília, Binagri edições, 1979, p. 73.

² Linhares, Maria Yeda, cit., p. 74.

As Câmaras Municipais e suas atribuições

As Câmaras Municipais podem ser entendidas como “braços” da burocracia portuguesa na colônia. Como as cidades e vilas no Brasil eram criadas respeitando-se a legislação do reino, ou seja, constituindo-se quase como “cópias” administrativas dos vilarejos portugueses, a forma através da qual os núcleos urbanos brasileiros eram regidos pela burocracia em muito se assemelhava àquela praticada em Portugal. “O município era, e ainda é, a extensão territorial em que a Câmara ou Senado, como também se denominava o conjunto de indivíduos eleitos pelo povo, exercia a administração”³

Entre as muitas funções das Câmaras podemos destacar as judiciais, de polícia, administrativas e fiscais. Estes corpos administrativos eram compostos por um conjunto de oficiais eleitos pela população e por um grupo de funcionários executivos; dentre estes, podemos destacar o juiz almotacé, ao qual cabia, “cuidar da igualdade dos pesos e medidas, taxar e, às vezes, distribuir mantimentos e outros gêneros que se compram e vendem no varejo”⁴

A fiscalização dos pesos e medidas deveria ser objeto de um sistema único, com o objetivo de proteger os consumidores. O simples transplante, entretanto, dos padrões vigentes em Portugal, terminou por impor à realidade brasileira um conjunto de medidas incompatível com a extensão do território e o tipo de povoamento aqui praticado. As Ordenações Filipinas advertem a respeito dos padrões a serem seguidos:

“E mandamos que todas as medidas, pesos, varas e côvados sejam tamanhos como os da cidade de Lisboa e não sejam maiores nem menores; e o almotacé-mor trará consigo os padrões de todos os pesos e medidas, os quais se farão à custa de nossa Chancelaria, e daí se pagará uma besta para os levar; e em cada um ano duas vezes, uma em janeiro e outra em julho, no lugar onde estivermos, fará afilar e igualar

³ Garcia, Rodolfo, cit., p. 43.

⁴ Linhares, Maria Yeda, p. 85.

àqueles que por necessidade de seus ofícios não de Ter pesos ou medidas, por que compram e vendem, assim da Corte, como do dito lugar”⁵

Além do problema da incompatibilidade dos pesos e medidas importados do Reino com a realidade da colônia, destaca-se a questão de como a Coroa deveria garantir a subsistência de seus súditos. Para tanto, seria necessário que ela exercesse de forma rígida e imparcial o seu papel de árbitro, determinando a extensão em que deveria ser realizado o cultivo de gêneros alimentícios como a mandioca, o “pão da terra”, principal fonte de alimentação do povo. De acordo com Maria Yeda Linhares,

“À Coroa, porém, competia proteger os interesses de seus súditos e coibir abusos. O seu dever de colocar-se acima das castas, classes e ordens do reino transparece em dois momentos: a) ao determinar que se dê o sábado livre aos escravos, para poderem procurar o seu sustento; e b) ao determinar, repetidas vezes, que sempre se reservem terras para o cultivo da mandioca, o pão da terra.”⁶

Como a mandioca representava o gênero de maior importância para a alimentação dos súditos da Coroa, cabia a esta prevenir qualquer problema resultante de eventuais crises de abastecimento. Entretanto, a medida em que o sistema colonial começa a dar mostras de fraqueza e instabilidade, com Portugal tornando-se uma metrópole empobrecida, o caráter *colonizador* dos que aqui habitavam passa a se sobrepor ao de simples *súditos* do Rei: os interesses em pauta convergem no sentido de se produzir e exportar gêneros como o açúcar em quantidades crescentes, relegando-se a produção de subsistência a um segundo plano.

As crises do sistema colonial passam a ser cada vez mais frequentes à medida que os preços do açúcar entram em baixa nos mercados externos. A tendência de se aumentar a

⁵ Código Philipino, cit. *Apud* Linhares, Maria Yeda, cit., p. 86.

⁶ Linhares, Maria Yeda, cit., p. 87-88

produção deste gênero nesta situação – numa tentativa de se compensar a queda dos lucros – se reflete, por sua vez, em uma intensificação da atividade exportadora em detrimento da produção de alimentos. Mais uma vez se faz necessária a presença reguladora do Estado, o qual, porém, não consegue atingir seus objetivos:

“Diante de tantos males e óbices, o Rei encontra-se dividido entre a classe dominante, por cujos interesses imediatos é pressionado, e o futuro, ou seja, o bem geral do Estado. Mesmo com relação à classe dominante, havia que considerar os interesses conflitantes dos grupos diversos que a compunham na metrópole (comerciantes, fidalgos, clero) e na colônia (senhores de engenho, comerciantes reinóis, lavradores). Quanto ao bem geral do Estado, entre os seus interesses situava-se o de preservar a paz social, daí a importância que assume, sobretudo nos momentos de crise mais aguda, o problema do abastecimento de gêneros para o conjunto da população. Inclui-se aí o problema da subsistência e de como garanti-la no conjunto da economia de especulação”⁷

A paz social à qual se refere Maria Yedda Linhares era uma preocupação constante das elites do período, o que, entretanto, não parece ter sido suficiente para que elas reconhecessem a importância de se alimentar a população. Stuart Schwartz aborda este problema em seu livro *Segredos Internos*:

“Na Bahia do final da era colonial, o espectro de uma multidão descalça de camponeses ou trabalhadores urbanos pardos que poderiam juntar-se à

⁷ Linhares, Maria Yeda, cit., p. 92

população escrava criava uma imagem assustadora e impunha severas restrições aos planos e programas de reformistas liberais que buscavam crescente libertação das restrições comerciais e políticas metropolitanas. Juntos, os cativos e as pessoas livres de cor provavelmente constituíam dois terços da população da capitania na década de 1820, e isso pesava tremendamente nos cálculos políticos”⁸

Conclusões

Como pudemos notar, o espectro do conflito de classes entre o grosso da população e a elite produtora de gêneros para exportação não foi suficiente para que esta última reconhecesse a necessidade de prover alimentos à “multidão descalça de camponeses”. Tensões como esta foram uma constante durante todo o período colonial, com grande produtores muitas vezes entrando em conflito com as Câmaras Municipais, cujo objetivo, entre outros, era o de garantir o abastecimento das cidades e vilas por meio da ação do juiz almotacé, como tentamos demonstrar. “Não planto um só pé de mandioca, para não cair no absurdo de renunciar à melhor cultura do país pela pior que nele há”⁹: a frase de Manoel Ferreira da Câmara, proferida em 1807, desafiando as determinações do governo municipal para o plantio de gêneros de subsistência, demonstra límpida e claramente o pensamento da elite do período e suas conseqüências para os negros libertos e os pequenos produtores pardos que gravitavam na órbita do grande latifúndio. Entretanto, mais do que atitudes isoladas e conjunturais, o pensamento e a ação de membros da alta sociedade, como o senhor de engenho baiano citado acima, são reflexos de profundas fissuras na *estrutura* e funcionamento do sistema colonial. Como a vinda para as terras dos trópicos significava para a grande maioria dos habitantes do Reino apenas um projeto de enriquecimento, e não a construção de uma nação, não é de se admirar o descaso das camadas mais altas da pirâmide social com o bem estar da população. Produzir e vender açúcar e tabaco em

⁸ Schwartz, Stuart, B. *Segredos Internos – Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p. 352-353.

⁹ Schwartz, cit., p. 353.

grandes quantidades: esta era a missão primordial da colônia e a ela deveriam se subordinar todas as outras atividades. Maria Yeda Linhares, nos parágrafos finais do capítulo “A administração colonial e seus impasses”, de seu livro *História do Abastecimento*, sintetiza perfeitamente o significado do sistema colonial:

“Pelas informações esparsas de que dispomos é possível verificar que os problemas da produção, do transporte e da distribuição são estruturais, não podendo jamais ser resolvidos através de medidas meramente conjunturais ou de ordem administrativa. Eles se inseriam no âmago do sistema colonial, que se fundara sobre o escravismo, a grande propriedade e a monocultura, bases de uma sociedade de privilégios, de profundos contrastes e de desigualdades extremas, em que a opressão dos poderosos sobre os fracos, o desrespeito à pessoa humana e o desejo insaciável de lucro constituíam as regras de um cotidiano sempre brutal. Aos ricos competia enriquecer. Aos pobres restava a resignação sem apelo. Ao poder público, representado pela burocracia de funcionários incompetentes, medíocres e desonestos, cabia perpetuar as hierarquias existentes e delas extrair os meios para a sua auto-reprodução. As medidas que o sistema propunha e a burocracia impunha não podiam, pois, atingir em profundidade as estruturas, nem modificar as regras do jogo principal. Daí o ‘contraditório’ das leis, o eterno emaranhado dos problemas.”¹⁰

¹⁰ Linhares, Maria Yeda, cit., p. 96

Capítulo 5 – Brecha camponesa, lavradores obrigados e economia mineradora

Uma nova abordagem da produção de alimentos na colônia.

Nosso objetivo neste capítulo é recuperar parte do debate no qual a história da produção de alimentos no Brasil colônia se inseriu ao longo dos anos. Identificamos, durante nossos estudos, duas formas distintas de se abordar o problema. Uma delas, de cunho *estrutural* e proposta por autores como Celso Furtado e Caio Prado Júnior – e em grande parte também por Gilberto Freire –, enxerga tais atividades como uma *retaguarda* da grande produção açucareira: um setor em direção ao qual se deslocariam recursos como terra e mão-de-obra a partir do momento em que a demanda externa por produtos como o açúcar diminuísse. A este setor, segundo estes estudiosos, não caberia o papel de dinamizar a economia da colônia, mas sim o de atuar como “última alternativa” em momentos de decadência das atividades principais. Sua abordagem se aproxima muito da Jacob Gorender, que propõe uma estrutura de plantagem bissegmentada – com o produto principal convivendo no mesmo espaço com gêneros como a mandioca – em uma economia natural. Tal face “natural” teria, para o historiador, o mesmo papel básico daquele proposto por Furtado e Caio Prado Jr.: amparar a grande economia comercial em tempos de crise.

Acreditamos ter exposto estas visões clássicas de maneira clara nos três primeiros capítulos deste trabalho. Nosso objetivo, agora, consiste em identificar alguns dos elementos da história do período que têm servido de base para uma nova abordagem do tema da produção de alimentos em nossa historiografia. Longe de contestar a existência e o caráter do sistema de *plantation*, esta nova corrente de historiadores – representada por nomes como Stuart Schwartz, Maria Yedda Linhares e Ciro Cardoso – pretende apenas recuperar a produção de alimentos para o mercado interno como uma das nuances da economia colonial esquecida pelas abordagens clássicas. Para estes autores, apesar de não contestar a economia principal, a produção de alimentos possuía elementos dinâmicos que foram deixados de lado a partir do momento em que esta era tratada apenas como “retaguarda” de produtos como o açúcar. Tais estudiosos defendem a tese de que em alguns momentos e regiões foi possível a produção independente de víveres tendo em vista o

mercado interno. Para tanto, citam exemplos como a “brecha camponesa” – através da qual os escravos podiam produzir alimentos para seu próprio sustento e vender seus excedentes nos mercados mais próximos –, os lavradores obrigados – cuja relação de dependência com os senhores de engenho não os impedia de produzir gêneros alimentícios para a venda –, e, finalmente, a especialização de diversas unidades na produção de alimentos destinada ao mercado das gerais. Nosso objetivo, neste capítulo final, é recuperar estes exemplos que têm alimentado o debate.

A “brecha camponesa” e os lavradores obrigados

No ano de 1789, Manoel da Silva Ferreira, senhor do Engenho Santana de Ilhéus, na Bahia, tinha razões de sobra para achar que os ventos da França revolucionária haviam encontrado um atalho até suas terras. Sua fazenda foi palco de uma das muitas revoltas de escravos documentadas durante o período colonial, com escapes em massa, confrontos abertos entre negros e feitores e intimidação aos proprietários que, aflitos, buscaram refúgio no interior de sua casa-grande. Entretanto, ao contrário de uma fuga pura e simples rumo à liberdade ou de um ataque promovido como reação a maus tratos, os escravos do senhor baiano tinham outro objetivo em mente com sua rebelião. Não desejavam abandonar o trabalho no engenho e sim melhorar suas condições de vida sem que isso significasse, necessariamente, um rompimento total com a escravidão. Queriam permanecer na fazenda, mas só o fariam se tivessem certos direitos assegurados. Na carta que lhes foi entregue em mãos pelo emissário dos negros, os proprietários do engenho puderam ler as condições estabelecidas pelos primeiros para a volta à normalidade: “Em cada semana nos há de dar os dias de sexta-feira e sábado para trabalharmos para nós, não tirando um destes dias por causa de dia santo. Para podermos viver nos há de dar rede, tarrafa e canoas” (...) “Podemos plantar nosso arroz onde quisermos, e em qualquer brejo, sem que para isso peçamos licença, e poderemos cada um tirar jacarandás ou qualquer outro pau sem darmos parte para isso”²¹

²¹ Schwartz, Stuart B., “Resistance and Accommodation in Eighteenth-Century Brazil: The Slaves View of Slavery”, in *Hispanic American Historical Review*, vol 57, nº 1, 1977, p. 69-81, *apud* Cardoso, Ciro F. S., *Agricultura Escravidão e Capitalismo*, Petrópolis, Vozes, 1979, p. 139.

Revolta? Greve? A idéia de escravos fixando condições a seus senhores para retornar ao trabalho parece não combinar com as imagens que surgem quando pensamos nas relações entre dominadores e dominados na colônia. Stuart Schwartz, historiador especialista no período, tem pontos de vista interessantes a respeito da rebelião:

“Certo número de parágrafos deixa claro que os escravos estavam acostumados a fornecer seu próprio sustento. As exigências relativas a dois dias livres, sem responsabilidades no engenho, com direito a pescar, plantar arroz e cortar lenha, indicam um certo grau de independência e auto-suficiência”²²

O incidente do Engenho Santana de Ilhéus lança assim, com suas características tão distintas, luzes sobre a questão da agricultura de alimentos e das primeiras formas camponesas no Brasil. Ao admitirmos que em algumas situações e regiões os escravos eram responsáveis por sua própria alimentação, atribuímos um certo grau de independência ao plantio de mandioca, arroz e hortaliças em relação à grande lavoura de açúcar. Passamos a olhar as pequenas roças dos negros insurgentes como parte de um sistema que poderia conservar certa auto-suficiência em relação às extensas plantações do litoral, a partir do momento em que os excedentes produzidos pelos escravos pudessem ser comercializados por eles em um mercado interno. A “brecha camponesa” no sistema escravista – expressão cunhada por Tadeusz Lepkowsky ao se referir a atividades que escapavam ao esquema de *plantation* nas colônias das Américas portuguesa e espanhola –, seria para estudiosos como Ciro Flamarion S. Cardoso e Maria Yedda Linhares um dos indícios da existência deste “mundo à parte”.

Segundo estes historiadores, a produção autônoma de alimentos nas colônias poderia assumir formas diversas, como a agricultura praticada nos quilombos pelos negros fugidos, a existência de *squatters* (desertores e fugitivos que ocupavam terras devolutas) nas Antilhas e a presença de camponeses proprietários em territórios como Cuba, os quais passavam a

²² *Op. Cit.*, p. 69 a 81.

cultivar pequenas parcelas de terra ao fim de seu período de servidão temporária. Entretanto, a “brecha camponesa” seria para os especialistas o exemplo maior de atividade paralela no universo açucareiro, na medida em que passou, com o tempo, a *coexistir* – e não mais competir – com a grande produção. O caso de Manoel da Silva Ferreira representaria um exemplo típico da época em que o plantio de alimentos e as atividades autônomas dos escravos ainda não estavam generalizados pelo costume ou pelas leis impostas pela Coroa e seus representantes. Com o tempo, defendem estes autores, a prática de se conceder aos escravos um certo número de dias livres na semana para a busca de seu próprio sustento passaria a ser cada vez mais comum. Seria possível, no entanto, ser ao mesmo tempo escravo e camponês? Não seriam estes conceitos que, segundo o questionamento levantado por Ciro Cardoso, “se excluiriam por definição”?²³

A possibilidade de atuar ao mesmo tempo como força de trabalho escrava e como camponês com certo grau de independência se tornava possível a partir do momento em que certos pré-requisitos fossem cumpridos:

“No primeiro ensaio incluído neste livro, abordamos a questão da natureza da economia camponesa, insistindo na noção de *autonomia estrutural* tal como a consideram Archetti, Fossom e Reiton, com suas três dimensões: 1) segurança no acesso à parcela; 2) grau de relação direta com o mercado; 3) grau de gestão sobre a parcela quanto à distribuição dos recursos disponíveis. Ora, em nossa opinião o setor camponês da atividade dos escravos negros permite aplicar uma análise deste tipo: ao realiza-la, descobrir-se-ão uma autonomia e uma estabilidade de fato, bastante altas quanto às três dimensões mencionadas”²⁴

O grau em que a segurança no acesso à parcela de terra, aos mercados e a independência de gestão se desse, determinaria, desta forma, o quanto as classes dominadas da época estariam próximas da condição de escravos ou camponesas. Mais do que uma exclusão pura e simples, a América colonial teria assistido a uma coexistência entre dois

²³ Cardoso, Ciro F. S., *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*, Petrópolis, Vozes, 1979. p. 136.

estatutos distintos. Tal condição, segundo os especialistas, só se tornou possível porque era interessante aos senhores de engenho: a partir do momento em que concediam aos seus escravos parcelas de terra e tempo livre para a garantia de sua subsistência, os grandes fazendeiros reduziam a valores mínimos os custos de reprodução da força de trabalho. Era mais barato, ao fim das contas, deixar os cativos plantar seu próprio alimento do que adquiri-lo a altos preços de fornecedores incertos. A brecha camponesa não seria assim uma contestação ao sistema, mas um de seus muitos sustentáculos.

Podemos agora, levando em conta os pré-requisitos estabelecidos por Ciro Cardoso para a existência de um campesinato escravo, buscar no Brasil colonial algumas evidências que comprovem esta tese. Os relatos do padre jesuíta Jorge Benci, escritos em 1700, contribuem neste sentido:

“Eu não condeno (antes louvo muito) o costume que praticam alguns senhores neste Brasil, os quais achando grande dificuldade em dar sustento aos escravos, que os servem das portas a fora nas lavouras dos Engenhos, lhes dão em cada semana um dia, em que possam plantar e fazer seus mantimentos, com os quais os que se não dão à preguiça têm com que passar a vida.”²⁵

Já o viajante Inglês Henry Koster, em seu livro *Travels in Brazil*, trata do cotidiano dos escravos em um engenho pertencente a frades beneditinos:

“Os casamentos são encorajados; muitas dessas uniões têm lugar cedo, à idade de dezessete ou dezoito anos para os homens, e quatorze ou quinze para as jovens. Imediatamente depois de casar-se, começam a trabalhar regularmente no campo para seus donos; com freqüência, tanto rapazes como moças pedem ao administrador que lhes permita começar sua vida de trabalho diário antes da idade estabelecida pelos

²⁴ *Idem*, p. 136.

²⁵ Benci, Jorge, *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*, São Paulo, Editorial Grijalbo, 1977, p. 58, *apud* Cardoso, Ciro F. S., *op. cit.*

regulamentos do convento; isto ocorre porque não podem possuir terrenos próprios de subsistência antes que trabalhem para seu senhor. Quase todo tipo de trabalho é feito por tarefa; esta se completa usualmente às três da tarde, o que dá aos que são industriosos a oportunidade de trabalhar diariamente em seus próprios lotes. Os escravos dispõem do sábado de cada semana para prover à sua alimentação, além dos domingos e feriados...Os terrenos de subsistência estão sempre livres da interferência dos monges, e quando um negro morre ou obtém sua alforria, se lhe permite legar a sua parcela de terra a qualquer dos seus companheiros que ele queira agradecer ou favorecer desta maneira”²⁶

Podemos constatar assim indícios de que o acesso à parcela por parte dos escravos – uma das condições fundamentais para o estatuto de camponês – era garantido em certas regiões da colônia. Quanto ao estudo de sua inserção nos circuitos mercantis, podemos nos utilizar novamente da rebelião no engenho Santana de Ilhéus:

“O fato de que estes escravos eram capazes de produzir um excedente comercializável é sublinhado por sua exigência de que o dono da fazenda lhes consiga um barco grande para levar os seus produtos ao mercado em Salvador, livrando-os de pagar os fretes usuais. Temos aqui uma prova de que mesmo escravos utilizados na agricultura participavam diretamente da economia de mercado e eram capazes de acumular capital. Isto explica como certos escravos adquiriram as somas necessárias para comprar a sua liberdade. Além disso, essa prova deveria provocar algum questionamento da generalização, tão freqüentemente repetida, de que, porque os escravos não podiam acumular capital, não havia mercado interno no Brasil colonial, e portanto não existia verdadeira oportunidade para um desenvolvimento industrial. Até

²⁶ Koster, Henry, *Travels in Brazil*, Londres, 1816, p. 424s *apud* Cardoso, Ciro F. S., *op cit*, p. 140.

compreendermos melhor a relação entre os escravos e a economia monetária, essa generalização é quando muito hipotética.”²⁷

Mas em torno dos grandes proprietários de terra não gravitavam apenas clérigos, agregados e escravos. A compreensão do papel dos “lavradores obrigados” – produtores de cana geralmente subordinados a algum senhor de engenho – e de sua atuação na produção de alimentos e no mercado interno parece conduzir a conclusões semelhantes às aquelas baseadas no estudo da “brecha camponesa”:

“Os lavradores de cana compunham uma espécie de elite entre os agricultores, sendo muita vezes classificados logo abaixo dos senhores de engenho, ainda que houvesse entre eles pessoas de condições e recursos muito mais modestos. Embora a ligação com a economia exportadora dominante, os interesses políticos do setor açucareiro e a escravidão proporcionassem aos lavradores de cana uma posição social relativamente vantajosa por todo o período colonial, houve algumas mudanças ao longo do tempo as quais precisaremos abordar. Entre os ‘lavradores de fumo’ incluíam-se alguns indivíduos abastados, donos de grandes extensões de terra; entretanto, como um grupo, não eram tão ricos nem tão prestigiosos como os lavradores de cana. Os ‘lavradores de roça’ eram agricultores de gêneros de subsistência e alguns que plantavam mandioca e outros produtos para o comércio local usando mão-de obra escrava em pequena escala. Esses lavradores, como um grupo, desfrutavam de *status* ou riqueza

²⁷ Schwartz, S. B., *op. cit.*, p. 73s *apud* Cardoso, Ciro F. S., *op. cit.* p. 148.

inferiores aos dos que se dedicavam às culturas de exportação”²⁸

Ciro Cardoso também aborda a questão:

“Temos outro exemplo – muito diferente – de um campesinato sem terras nos lavradores arrendatários das ‘fazendas obrigadas’ existentes no interior das grandes propriedades produtoras de açúcar, no Brasil colonial, a respeito dos quais são fontes de primeira importância o livro de Antonil, os *Diálogos das Grandezas do Brasil* e a descrição dos bens do Colégio Santo Antônio de Lisboa no Brasil redigida em 1635. É verdade que alguns desses lavradores dependentes eram de fato empresários escravistas, produtores de cana-de-açúcar; mas outros se dedicavam à agricultura de subsistência. Nesta última categoria estavam também os ‘moradores’ e parceiros dos engenhos de açúcar do séc XIX em Pernambuco, nos últimos tempos da escravidão, que trabalhavam nas plantações de cana ao lado dos escravos e recebiam parcelas em usufruto”²⁹

Se levarmos em conta as evidências levantadas pelos que defendem a importância da “brecha camponesa” e dos lavradores obrigados no escravismo colonial, como Ciro F. S. Cardoso e Stuart Schwartz, passaremos a olhar o universo dos engenhos não mais com a visão monolítica de alguns autores, para os quais praticamente não haveria mercado interno e indícios de um campesinato brasileiro em formação. Não se trataria neste caso de negar a existência do sistema de *plantation*, mas apenas de traçar algumas de suas nuances que podem ter sido deixadas de lado e que contribuiriam, se estudadas com atenção, para uma melhor compreensão da economia do período. Neste sentido, os cativos do engenho Santana de Ilhéus, ao se revoltarem contra Manoel da Silva Ferreira por melhores condições de vida,

²⁸ Schwartz, S. B., *Segredos Internos – Engenhos e escravos na sociedade colonial*, São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p. 248.

²⁹ Cardoso, Ciro F. S., *op cit.*, p. 134.

mas deixando de contestar a sua condição de escravos, representam uma imagem clara do que pode ter sido a produção e venda de alimentos na época: um subsistema que cresceu às margens da economia principal sem que, entretanto, representasse uma ameaça à sociedade construída em torno do “produto rei”: o açúcar.

As Minas Gerais e o estímulo à produção de alimentos

A descoberta de jazidas de ouro no interior das Gerais, nos últimos anos do séc. XVII, deu origem a um novo surto de dinamismo econômico e social na colônia. A notícia de que era possível enriquecer da noite para o dia na região percorreu o Brasil de norte a sul e chegou até mesmo à Portugal, gerando fluxos migratórios em massa a partir de regiões então estagnadas, como o Nordeste, e um aumento enorme no número daqueles que para cá embarcavam da Europa em busca de fortuna. A “febre mineradora” deu origem a novos núcleos de povoamento e ao crescimento vertiginoso de antigos arraiais, como Ouro Preto, Sabará e São João Del Rey, que em pouco tempo foram elevados ao estatuto de vilas. Tão rápido foi o crescimento da região que em 1709 reconheceu-se a necessidade de criar uma nova capitania:

“O povoamento intenso e o progresso desse sertão, que se prendia historicamente às cidades paulistânicas, propiciaram a criação de uma capitania independente da do Rio de Janeiro. Foi instituída, em 23 de Novembro de 1709, a Capitania de São Paulo e Minas Gerais.

As Minas Gerais, contudo, ficaram adstritas à capitania de São Paulo por apenas 11 anos. Em 1720, seus problemas de administração eram tão importantes que houve necessidade de dar-lhe autonomia. Surgiu assim a capitania das Minas Gerais”³⁰

Alimentar todas estas novas pessoas era um problema. A região mineira não possuía núcleos especializados na produção de gêneros de subsistência e o surgimento destes na capitania era dificultado por basicamente três fatores: a cobiça da Coroa, que, ávida pelos quintos resultantes da exploração do ouro, dificultava o surgimento de outras atividades econômicas da região; o desejo de enriquecer rapidamente por parte daqueles que chegavam às Gerais, o que os fazia direcionar todos os seus recursos para a exploração das lavras; o alto preço dos escravos, que inviabilizava a compra de força de trabalho por parte do pequeno agricultor. Como resultado destes empecilhos, as regiões próximas às minas passaram a atuar como fornecedoras de alimentos, fumo, cachaça, tecidos e outros produtos, redirecionando sua produção para o interior. Formam-se, assim, mercados fornecedores para as Gerais, ficando os caminhos e trilhas para as minas repletos de mascates, tropeiros, comboieiros e condutores de gado, todos ansiosos por aproveitar os altos preços pagos por seus produtos na região:

“Os caminhos paulistas de penetração nas Gerais, apesar de penosos, apesar de longos, eram caminhos cheios de vida, cheios de movimento, percorridos incessante por levadas de forasteiros que iam instalar-se nas minas, bem como por barulhentas tropas de mercadores que iam levar às Gerais tudo aquilo que suas populações reclamavam.”³¹

Mas a economia paulista não era capaz de suportar este esforço adicional de produção. As fazendas da região, responsáveis pelo abastecimento local de farinha, panos de algodão, redes, trigo, marmelo, couros, carnes e outros gêneros, tinham, no período, pouquíssimos excedentes exportáveis. Na verdade, o único “artigo” vendido em profusão para as praças do exterior era o escravo indígena, alvo de várias expedições de captura. A

³⁰ Zemella, Mafalda P., *O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no Século XVIII*, São Paulo, Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras nº 118, 1951, p. 47.

³¹ *Idem*, p. 49.

febre especulativa, entretanto, e a perspectiva de se obter altos lucros nas regiões mineradoras, fizeram com que a maior parte dos gêneros de subsistência fossem enviados para as Gerais, resultando em alta dos preços e escassez de mantimentos:

“A situação tornou-se tão negra para a Vila de São Paulo que a Câmara Municipal, em sessão realizada em 19 de Janeiro de 1705, deliberou que nenhuma pessoa vendesse artigo algum de subsistência para fora da terra, tanto a farinha de guerra, o trigo, o feijão, o milho, como toucinho e o gado.”³²

A capitania do Rio de Janeiro também não escapou à “febre das minas”:

“Nos primeiros anos do século XVIII, os reflexos da descoberta do ouro na cidade do Rio de Janeiro foram maléficis. Verificou-se na região o despovoamento, a alta dos preços dos gêneros, a carência de alimentos e mesmo a fome.”³³

Com os anos, entretanto, a situação tendeu a se corrigir. Os altos preços pagos nas minas pelos gêneros de subsistência fizeram com que seu fornecimento fosse sistematizado, dando origem a centros especializados na produção de alimentos e a linhas regulares de tropas. A região do recôncavo baiano, neste sentido, passou a desempenhar um papel fundamental, por ser uma zona de povoamento antigo, com relativa autonomia na produção de víveres e com mão-de-obra e terra improdutivas, resultado da decadência do açúcar. As facilidades geográficas de comunicação também contribuíram muito: a existência de uma antiga e já estabelecida via de comunicações terrestres, somada à rede fluvial do São

³² *Idem*, p. 52.

³³ *Idem*, p. 62.

Francisco e seus afluentes, permitiram que cidades como Camamu se tornassem a “Sicília da Bahia”:

“(…) o sul era uma zona de pequenas lavouras produtora de mandioca. Camamu e seus arredores eram o celeiro de Salvador e do Recôncavo, para onde enviavam tanta farinha de mandioca que a área era conhecida como a ‘Sicília da Bahia’”³⁴

Stuart Schwartz também atenta para os aspectos sociais desta produção:

“O que acabou por emergir no Recôncavo foi uma divisão geográfica entre o produto exportável, o açúcar, e as culturas alimentícias para o consumo local. A produção em grande escala de mandioca foi deslocada para o litoral sul do Recôncavo e ainda mais para o sul, até Cairu, Camamu e Ilhéus. A classe agrícola que se desenvolveu associada a essa atividade não era indígena, mas uma população mista de mamelucos e mulatos”³⁵

Os baianos, assim, em grande número, fazem o ouro das Gerais chegar até suas mãos pela via indireta do comércio. Mafalda P. Zemella assinala a importância do Recôncavo para a sobrevivência das minas:

“A vida nas minas, nos primeiros anos que sucederam descobertos, seria praticamente impossível sem os fornecimentos partidos do Recôncavo e das zonas marginais do São Francisco, as quais ofereciam as carnes e as farinhas necessárias ao sustento dos

³⁴ Schwartz, Stuart B., *Segredos Internos – Engenhos e escravos na sociedade colonial*, São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p. 86.

³⁵ *Idem*, p. 51.

mineradores, assegurando assim a continuidade da indústria extrativa do ouro”³⁶

O abastecimento das Gerais foi, desta forma, sendo realizado a partir de dois movimentos distintos: um deles, externo, através da especialização de centros produtores de alimentos, como o Recôncavo baiano e suas fazendas fornecedoras de gado e farinha e mandioca. A essa tendência se somaram áreas como o Rio de Janeiro, agora entreposto de artigos de luxo vindos do exterior, que aportavam na cidade rumo à riqueza das minas. Já a outra tendência foi de origem interna à capitania das Gerais. A medida em que a exploração aurífera se revelava um negócio caro e arriscado, muitos dos antigos exploradores das lavras passaram a atuar na região como produtores de alimentos, comerciantes e mascates, aproveitando os bons preços atingidos por estes produtos. O trabalho de Mafalda Zemella nos revela esta transformação:

“Poucos se sentiam atraídos por essas atividades tão pobres de emoção, ofuscados como viviam pelas promessas mirabolantes das minas. Todavia, nem todos podiam lavrar ribeiros. Para receber-se uma data de terra aurífera, era preciso preencher umas tantas condições: possuir certo número de escravos e avultados capitais, para comprar os gêneros para seu sustento e as ferramentas, para movimentar os serviços.

A inexorável realidade obrigou que se estabelecesse entre os habitantes das minas uma natural divisão de funções: enquanto a maioria lavrava os ribeiros, alguns se dedicavam ao artesanato, outros ao comércio, à abertura de roças, etc. Por vezes, a mesma pessoa exercia duas ou mais atividades. E não eram apenas os mineradores que enriqueciam. A fortuna bafejava os de maior iniciativa e capacidade, não influenciando para o enriquecimento a natureza do trabalho.”³⁷

³⁶ Zemella, Mafalda P., *op cit*, p. 68.

³⁷ *Idem*, p. 233.

A autora também enfatiza a regularidade que com o tempo passou a marcar os abastecimentos:

“Com os fornecimentos organizados sistematicamente, nada mais faltou aos povoadores das Gerais. O perigo da fome e da carestia desapareceram para sempre. Houve abundância de gêneros e de objetos de uso. A especulação e os altos preços, todavia nunca desapareceram. Tudo nas minas era vendido muito caro. Por esse motivo foi que Antonil deu ao Capítulo VII, de sua obra, o sugestivo título: ‘Da abundância de mantimentos e de todo o usual que hoje há nas minas: e do pouco caso que se faz dos preços extraordinariamente altos’³⁸

Ao mesmo tempo em que o abastecimento da região mineira se organizava, reestruturava e permitia o fornecimento de víveres e outros artigos para a região sem as crises dos anos anteriores, a produção de ouro, por ironia, declinava ano após ano. As Gerais continuavam a receber aqueles que buscavam a fortuna rápida nas lavras, mas a notícia do esgotamento da produção passou a correr a colônia, provocando uma sensível diminuição nas migrações. As minas, assim, evoluem para um sistema de economia mista, onde as atividades passam a ser divididas entre a agricultura – consequência da organização desta atividade na área ao longo dos anos – e a pesquisa aurífera. Ao fim do ciclo de plantio e colheita, os recursos e a mão-de-obra passavam a ser deslocados para a cultura de alimentos e a pecuária:

³⁸ *Idem* p. 231.

“A despeito de tudo, as Gerais foram paulatinamente marchando para a auto-suficiência. A decadência do ouro foi a causa principal do desvio de atividade dos habitantes das Gerais da indústria estrativa para a pecuária, para as manufaturas e para a lavoura.

Na própria região das lavras, multiplicavam-se as plantações. As minas agonizantes passaram a apoiar-se na lavoura que, expandindo-se, procurava gulosamente as manchas de terra fértil que havia nas imediações das lavras.”³⁹

O caráter cíclico e misto que assumiu a economia mineira também é apontado por José Eloi Ottoni:

“...antes da apuração do ouro, que nos grandes serviços somente se faz depois de um ano e mais de trabalho, vão os Mineiros cobrindo as suas despesas com os gêneros da lavoura, sendo para este fim destinada aquela porção de escravos que for necessária”⁴⁰

A produção de alimentos, ao longo da história da colônia, sofre desta forma um duplo impulso a partir da economia mineradora: em um primeiro momento, como resultado da reordenação e reestruturação de antigos centros produtores como São Paulo, Rio de Janeiro e o Recôncavo; com o passar dos anos, finalmente, através da “invasão” das culturas de alimentos na própria região das minas. Tal fenômeno foi possibilitado pela decadência da exploração do ouro, que liberou braços para outras atividades e permitiu a aquisição de força de trabalho escrava a baixo preço, algo que seria impensável na época de apogeu da região.

³⁹ *Idem*, p. 239.

⁴⁰ Ottoni, José Eloi, *Memória sobre o estado actual da Capitania de Minas Gerais*, Anais da Biblioteca Nacional, vol XXX, pag. 309 *apud* Zemella, Mafalda P., *op. cit.*, p. 241.

A região das minas vê os tempos de intensa movimentação e exploração aurífera, com milionários surgindo da noite para o dia, darem lugar à pacata, mas estável, produção de gêneros alimentícios. A agricultura havia triunfado sobre o ouro. A cidade de São João del Rey representa um caso exemplar deste movimento:

“Interessante foi a evolução econômica da cidade de São João del Rey. Seu povoamento teve início com as fazendas de cultura e criação, estabelecidas às margens do Rio das Mortes. Foi região agrícola pastoril até o momento em que Tomé Portes del Rey, que aí se estabelecera com gado e plantações, descobriu ouro neste rio. Desde então a cidade se desenvolveu em função das lavras. Teve sua época mineradora e retornou, no fim do século, à economia agrícola e à pecuária.

São João e São José del Rey produziam arroz, feijão, trigo, milho, bem como gado suíno, bovino e seus derivados: laticínios queijos, manteiga, toucinhos, etc.”⁴¹

Bibliografia básica utilizada para a confecção do relatório final de atividades.

Cardoso, Ciro F. S. – *Agricultura Escravidão e Capitalismo* – Petrópolis – Vozes, 1979.

Freire, Gilberto – *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal* – Rio de Janeiro, Record, 1997.

Júnior, Caio Prado – *História Econômica do Brasil* – São Paulo, Brasiliense, 1986.

Furtado, Celso – *Entre Inconformismo e Reformismo / Obra Autobiográfica* – São Paulo, Paz e Terra, 1997.

Furtado, Celso – *A Fantasia Desfeita / Obra Autobiográfica* – São Paulo, Paz e Terra, 1997.

Linhares, Maria Yeda – *História do Abastecimento; uma problemática em questão (1530-1918)* – Brasília, Binagri edições, 1979.

Schwartz, Stuart B. – *Segredos Internos / Engenhos e escravos na sociedade colonial* – São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

⁴¹ Zemella, Mafalda P., *op. cit.*, p. 247.

Zemella, Mafalda P. – *O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no Século XVIII* – São Paulo, Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras nº 118, 1951.